

nada contribuirá para dizer que a RECORRENTE não teria aptidão para realizar a obra, já que a técnica é absolutamente a mesma.

14. Por oportuno, transcreve-se o diploma legal que rege a matéria para melhor análise da situação, *litteris*:

Art. 30. ...omissis...

[...]

I - capacitação técnico-profissional: *comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;*

15. Da interpretação do dispositivo chega-se à conclusão de que a exigência do atestado deve se referir, **exclusivamente**, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, o que não é o caso da exigência de comprovação de instalação de condutores galvanizados e perfilados, o que a princípio constitui uma exigência exacerbada.
16. Com efeito, a instalação de condutores galvanizados e perfilados não pode ser considerada como sendo uma parcela importantíssima do objeto do projeto básico, visto que possui significado "*menor*" ante a complexidade técnica que envolve a adequação do Prédio da Farmácia da UFVJM.
17. A orientação firmada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em casos análogos é a seguinte:

"SÚMULA nº 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que **limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado**, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos


JACQUESON TEIXEIRA LOURO
SÓCIO GERENTE